

Editorial

Este número da *Revista Educação e Políticas em Debate* publica o *Dossiê: Gênero e Diversidade na Educação*, e, ao lado deste, apresenta a sessão *Artigos* com trabalhos de pesquisadores brasileiros que abordam temas no campo da análise de políticas públicas de educação.

O *Dossiê* foi concebido e organizado em resposta ao Edital relativo ao Concurso nº 001/2014 – FUNAPE/UFG/MEC/SECADI, em parceria com a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), com a finalidade de cumprimento da previsão de sua meta 2, qual seja, “*apoiar pesquisadores e docentes que tenham como foco de estudos e trabalho as temáticas relacionadas à educação como direito de todos e o enfrentamento das desigualdades*”.

O dossiê coloca em debate as dimensões do gênero e da diversidade sexual no contexto da educação escolar e das políticas públicas deste campo, e, ao mesmo tempo, problematiza dimensões da vida que são negligenciados, e/ou marginalizadas em certas análises e estudos de políticas públicas e do cotidiano da escola. Com isso, reafirmamos o compromisso com os princípios da pluralidade, da liberdade e autonomia intelectual, na luta pelo enfrentamento a formas hegemônicas de pensamento que tem sido naturalizadas no espaço social, e, em particular, na escola.

Tais formas de pensamento residem na estruturação e organização de modelos e matrizes que eliminam e excluem as singularidades e as diversidades de existência humana do ponto de vista das dinâmicas de gênero, corpos e sexualidades. Neste sentido, o conjunto de textos que compõem o dossiê reúne reflexões, vivências e experiências práticas, de pesquisadoras e pesquisadores brasileiras/os e estrangeiras com larga trajetória no campo. Somos brindados(as) com o convite-desafio para lermos a escola, as práticas pedagógicas e educativas e as políticas micro-macro no campo da educação, a partir de perspectivas e pontos de vistas que subvertem a ordem e os modos de pensamento engendrados em modelos que negam as diferenças como elemento constituidor do educativo e da formação do sujeito. Assim, o convite-desafio se coloca para além da denúncia das violências de gênero e sexual no espaço escolar, assentando-se, sobretudo, na produção de pensamento, metodologias e práticas que

inventivamente recriam o espaço escolar a partir do olhar do gênero e da diversidade na educação.

O conjunto do dossiê problematiza e discute o modo como foi erigido e consolidado a matriz heteronormativa e o dualismo de gênero nas sociedades e escola modernas. Há tensionamentos quanto à forma como a escola estruturou-se a partir dessas matrizes, fazendo-as reverberar em suas práticas, organização curricular e efeitos produzidos sobre todos os sujeitos. Um dos mecanismos dessas matrizes é a naturalização da heterossexualidade e do gênero binário como padrão e modo particular de existência no designado patamar da normalidade. Sendo assim, manifestações que fogem a estas matizes representam desvio e subversão à norma dada e um dos efeitos sofridos, por determinados grupos de sujeitos, tem sido as ações de violência manifestas pelo sexismo, homofobia, lesbofobia, transfobia etc. Assim localizaremos no dossiê um conjunto de textos que, de modos distintos, tratam destas questões.

Em *“Temos um problema em nossa escola: um garoto afeminado demais”*. *Pedagogia do Armário e currículo em ação*, Rogério Diniz Junqueira problematiza e explora a relação entre currículo e heteronormatividade no cotidiano escolar, ao trazer relatos de docentes evidenciando experiências associadas “a processos de (re)produção das normas de gênero e da matriz heterossexual”. No desencadamento de suas argumentações o autor propõe a noção de “pedagogia do armário”, e, por esta, entende como “conjunto de práticas, relações de poder, classificações, construções de saberes, sujeitos e diferenças que o currículo empreende e articula sob a égide da heteronormatividade”.

Desta questão trata, também, o artigo *Problematizações de uma aluna adolescente, lésbica e negra: anúncios para pensar outras práticas pedagógicas e formas de conhecer* de autoria de Anderson Ferrari e Roney Polato de Castro. Assumindo a perspectiva pós estruturalista, a partir da narrativa de uma aluna adolescente, lésbica e negra, problematizam “as relações da escola com as homossexualidades. Defendendo que a educação é processo de constituição de sujeitos, os autores discutem e buscam pistas de anúncios de outras práticas pedagógicas e formas de conhecer a partir das relações construídas pelas alunas e alunos nos espaços tempos da escola.

“A assunção da identidade heteronormativa, como verdadeira, presumível e estável, tende a imputar sanções aqueles/as que agem em descumprimento a colonização e essa ação não ocorre de maneira pacífica, pois, a violência por ela manifesta adquire contornos dramáticos no ambiente escolar”, este é o argumento

central do artigo produzido por Eliane Rose Maio e Isaias Batista de Oliveira Júnior, intitulado *LGBTQIAFOBIA: pluralizando a (in)diferença no contexto escolar*. O texto, resultante de uma dissertação, sob a perspectiva dos Estudos Culturais demonstra que a construção da(s) identidade(s) e a (re)produção da(s) diferença(s) são fatores excludentes para o processo de escolarização dos sujeitos LGBTQIA. A defesa de Maio e Oliveira Junior é a de que a (co)existência da(s) diferença(s) no espaço escolar deve vista e pensada para além do argumento da tolerância. A expressão LGBTQIAfobia é adotada com a intencionalidade de adoção de um termo único para marcar os distintos e diferentes modos como é tratada a homossexualidade masculina, o desrespeito que atinge lésbicas e o repúdio que sistematicamente atinge travestis e transexuais.

Neil Franco e Graça Aparecida Cicillini nos apresentam o texto *Práticas pedagógicas de professoras trans: gênero e sexualidades como abordagem político-identitária no cotidiano escolar*. Resultado de uma pesquisa de doutoramento, discutem a presença de professoras *trans* na escola e apresenta ao leitor e a leitora à análise e compreensão da diferença em contextos educacionais. Franco e Cicillini contextualizam como as docentes participantes do estudo se posicionam em suas práticas pedagógicas, pensando a escola como local de direito e de pertencimento daqueles/as que ultrapassam, transitam e/ou permanecem nas fronteiras do gênero e das sexualidades. Tal posicionamento é caracterizado como “indícios de manifestações de uma abordagem político-identitária no cotidiano escolar” e como “processos de subversão e de abalo de valores, normas e crenças” desencadeando possibilidades de ensino e aprendizagem quanto à discussão do gênero e das sexualidades.

O artigo de Elenita Pinheiro de Queiroz Silva e Sandro Prado Santos *Práticas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do GPECS: problematizando corpos, gêneros, sexualidades e educação escolar*, sintetiza as ações desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Gênero, Corpo Sexualidade e Educação de modo a discutir as implicações e ressignificações destas nas práticas pedagógicas. O texto revela temas, debates e discussões levantadas por educadoras e educadores e os modos como elas e eles pensam e agem sobre as questões dos corpos, gênero e sexualidade na escola. A aposta do artigo centra-se na “superação dos processos de intolerância para com a diferença que, na escola, tornaram-se cruéis e acabaram impondo, as pessoas transgressoras da norma dada, uma vida de sofrimento e exclusão”.

Em *Desestabilizando as ideias sobre diversidade de gênero e sexual em uma turma de EJA: análise de uma experiência*, Marcos Lopes de Souza, Fernanda Figueredo dos Santos, Beatriz Rodrigues Lino dos Santos apresentam e analisam os resultados de

uma proposta de ensino sobre diversidade de gênero e sexual realizada em uma turma DE Educação de Jovens e Adultos, de uma escola pública municipal de Jequié-BA. A proposta que analisaram tinha como temáticas gênero, intersexualidade, universo *trans* e homofobia. Tais temáticas no campo dos estudos de gênero, sexualidade e educação são contemporâneas e tem contribuído para problematizar formas de classificação, hierarquização e ordenamentos dos corpos e das sexualidades, uma vez que a escola tem sido lugar de produção de identidades de gênero e sexuais. O artigo aponta as resistências e o reconhecimento das diferenças e da não reiteração dos processos discriminatórios, conferido pelos/as participantes do projeto.

O artigo *Gêneros e sexualidades nos espaços educativos: estratégias de enfrentamento à homofobia*, recorte de uma tese de doutorado, problematiza a produção das subjetividades lésbicas, gays, travestis e transexuais e discute algumas propostas pedagógicas de enfrentamento à homofobia na escola. Com pressupostos assumidamente foucaultianos e *Queer*, Deise Azevedo Longaray e Paula Regina Costa Ribeiro, apresentam as noções de norma, anormal e normal com a intenção de discutir sobre alguns espaços educativos que constituem os sujeitos LGBT (escola, família, mídia e instituições religiosas) apontar estratégias de discussão da homofobia no espaço escolar. Elas enfatizam a importância da produção de materiais didático-pedagógicos como forma de contribuir “para a minimização do preconceito no ambiente escolar e acadêmico”.

O artigo *Brincar de fazer cinema: gênero e violência contra crianças na produção de filmes de animação com crianças*, de Constantina Xavier Filha trata de discussões e problematizações realizadas no âmbito do estágio de Pós-doutorado em Educação sobre a experiência de produção de filmes de animação, realizada com crianças, estudantes de uma escola pública municipal de Campo Grande - MS. Pautada no campo dos Estudos de Gênero, dos Estudos Culturais e de pressupostos foucaultianos, a autora revisita a sua experiência em torno de dois eixos: fazer cinema e fazer cinema como brincadeira e modos de subjetivação. A linguagem cinematográfica foi a adotada para pensar os temas sexualidades, gênero e violência contra crianças no projeto-intervenção que narra. A defesa da autora é a de que “o cinema demonstrou ser uma janela importante para se ver e ver o mundo”.

Encerando o dossiê, Natalia Jara e Johanna Camacho González, apresentam resultados de uma pesquisa cujos objetivos foram o de compreender e estudar as crenças do professorado em formação inicial sobre o gênero e a ciência, e sua relação com as interações na sala de aula, no artigo que intitula-se *Creencias sobre ciencia –*

género en la educación científica. Análisis de un estudio de caso en la formación inicial docente. Elas realizaram estudo de casos com dois estudantes de Licenciatura em Ciências Biológicas no desenvolvimento do estágio profissional, no último ano de formação. Os instrumentos de pesquisa foram a entrevista semiestruturada, a observação direta da interação na sala de aula e entrevista através da técnica de lembrança estimulada. As autoras identificam crenças associadas à “*perspectiva neutral y amistosa*” e às visões tradicionais da atividade científica e reprodutoras de modelo hegemônico de gênero.

Assim, a *Revista Educação e Políticas em Debate*, com este dossiê, no conjunto dos textos, fortalece a produção do conhecimento e do enfrentamento das desigualdades e violências sofridas, em detrimento da manifestação de formas de existências distintas da ordem posta, e contribui para o debate acerca das dimensões do *Gênero e Diversidade na Educação*, apostando na diferença como noção central para a formulação de práticas, políticas e ações educativas.

Na seção destinada aos artigos de demanda contínua o texto de Allan Kenji Seki – *Discurso novo-desenvolvimentista, governo neoliberal: O PT e o aprofundamento da dependência e da financeirização das relações sob o capital*, a partir de uma retomada dos fundamentos do pensamento neoliberal e seu desenvolvimento no contexto do processo de financeirização do capital. A partir dos elementos destacados, discute esse processo de financeirização no contexto brasileiro desencadeado a partir dos anos de 1990 e sua continuidade no governo petista à frente do executivo federal.

Anoel Fernandes, no artigo *A junção do conceito de ciclos com a progressão continuada na rede pública estadual paulista e as concepções de um grupo de pedagogas*, discute as concepções das professoras da rede pública do estado de São Paulo frente os conceitos de ciclos e de progressão continuada. Para tanto, recupera como estes conceitos são abordados em documentos oficiais da Secretaria de Estado da Educação e analisa, à luz das contribuições de Marcuse e Adorno, como os conceitos de ciclos e progressão continuada são expostos nos textos oficiais e incorporados no plano do pensamento dos profissionais da escola.

Em *A teoria das representações sociais e o PROEJA: por uma análise escolar*, Cristiana Barcelos da Silva, a partir busca compreender as representações sociais sobre a proposta de Educação para Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional (PROEJA) de docentes que atuavam em uma instituição federal de ensino. No movimento de análise recupera a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos no Brasil ao mesmo tempo em que situa as bases da teoria das representações sociais

que fundamentaram as análises desenvolvidas sobre as representações sociais dos professores considerados na pesquisa.

Por último, Valéria Maria Rodrigues, no artigo *O Fórum de Pró-Reitores de Extensão e sua contribuição no debate sobre a extensão universitária*, faz uma análise das principais políticas implementadas no campo da extensão universitária no período de 2003 a 2012 ao mesmo tempo em que evidencia como estas políticas incorporam vários elementos propostos por este Fórum ao longo das discussões e formulações construídas em seus encontros nacionais e documentos oficiais.

Com este número a *Revista Educação e Políticas em Debate* dá continuidade ao seu esforço de contribuir no debate e análise das políticas de educação, na medida em que traz para este debate importantes contribuições de temas e questões postas pelo campo educacional na atualidade.

Que todos tenham um profícua leitura.

Marcelo Soares Pereira da Silva

Karina Klinke

Elenita Pinheiro de Queiroz Silva